

A consolidação do desencanto: duas paradas de produção contra o neoliberalismo

A década de 1990 consolidou a democracia, mas fincou o projeto neoliberal como diretriz política e econômica nacional. Quem pagou o preço foram os trabalhadores, entre eles os petroleiros, que viram a quebra do monopólio estatal do petróleo

Se os anos 1980 foram marcados por importantes conquistas, tanto para os petroleiros quanto para o povo brasileiro, a última década do século XX foi de resistência. A Nova República, com a eleição de Collor, iniciou a implementação do projeto neoliberal e foi uma das administrações mais corruptas já vistas no país, derrubada pelo impeachment em 1992.

Para os petroleiros, em 1991, as coisas esquentaram. Reajuste de 310%, para recompor as perdas salariais, e readmissão de 800 funcionários demitidos em outras greves foram as reivindicações que fizeram o Sindipetro paralisar, no quinto dia de greve, a RPBC. Era a segunda vez que os petroleiros paravam de produzir na história da refinaria; a primeira foi durante o Golpe Militar, em 1964.

A produção foi interrompida em seis das 10 refinarias da Petrobrás, fazendo com que a empresa processasse apenas 32% das necessidades de derivados de petróleo do país. “Lutamos pela recomposição de nossas perdas e não aceitamos o índice da Medida Provisória 295”, declarou o então presidente do Sindipetro-LP, Geraldo Silvino, ao jornal A Tribuna, em 2 de março de 1991.

Outra motivação para greve era a sombra da privatização. Collor tinha a intenção de leiloar a Petrobrás, seguindo a cartilha neoliberal. Não demorou muito, a Petrobrás demitiu 34 petroleiros. Na porta da Refinaria, mulheres e filhos dos trabalhadores faziam vigília, enquanto os próximos passos eram decididos em Assembléia no Cruzeiro, O Comando Nacional de Greve apenas depois da empresa abrir as negociações e fazer as devidas readmissões.

Os terminais Alemoa e TEBAR, registraram adesão de 100% dos trabalhadores. A exigência do Sindicato era de que o Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, intermediasse as negociações. Após oito anos de greve e quase 300 demissões, a Petrobrás decidiu reabrir as negociações com o Comando Nacional de Greve.

Na pauta: fim do processo de privatização, readmissão dos quase mil demitidos, reposição das perdas salariais, criação de comissões de saúde e Plano de Cargos e Salários. Nessa altura, a greve atingia todas as refinarias, 15 dos 11 terminais e 75% da produção.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) declarou que a greve era abusiva, o que não impediu a sua duração de 24 dias em todo o país. No entanto, pouco foi conseguido: a empresa revogou as demissões, concedeu adiantamento do salário líquido de abril, adiantamento nos vencimentos líquidos de julho e agosto e 50% do 13º salário. A costura de tal negociação foi feita pelos senadores Mário Covas (PSDB), Eduardo Suplicy (PT), ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva e do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Impeachment e mais greves

Fernando Collor foi expurgado do poder com ampla mobilização de massas e forte articulação política na Câmara e Senado federais. Na época dos “caras pintadas”, os petroleiros prosseguiram com suas mobilizações. Em 9 de setembro de 1992, mais greve de 24 horas

contra o desemprego e pela reposição de perdas salariais. Os petroleiros do país inteiro aderiram e o movimento continuou sua luta até 1995, ano da grande greve dos petroleiros e segunda parada de produção em menos de cinco anos.

Antes, em 1993, foi aprovada, na Câmara dos Deputados, a redução da jornada de oito horas para seis horas aos trabalhadores que recebiam adicional de periculosidade ou que exerciam atividades consideradas penosas, caso dos petroleiros. No mesmo ano, dois mil petroleiros fizeram manifestação na porta da RPBC, pela moralização e ética no Congresso Nacional, pela agilização dos trabalhos da CPI do orçamento, contra a revisão constitucional e em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Um FHC no meio do caminho

Com Collor fora da presidência, assume Itamar Franco. Seu ministro da economia, FHC, visando às eleições de 1994, lançou o Plano Real. Com isso, FHC levou a disputa presidencial, começou a aprimorar o neoliberalismo e iniciou uma série de reformas, privatizações e terceirização das políticas, além de se atrelar aos órgãos do capitalismo internacional.

A Petrobrás não deixou de ser um alvo da sanha de “vendilhão” tucana. Em 1997, ocorreu a quebra do monopólio estatal do petróleo, abrindo a Petrobrás para o mercado internacional, com vendas de ações da empresa na bolsa de valores de Nova York. Em 1996, o governo dá indícios do futuro, criando a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a fim de gerenciar os leilões que começariam nos campos de petróleo do país. Muitas outras agências reguladoras foram criadas, na medida em que serviços do Estado foram privatizados.

Entretanto em fase de terceirização, a empresa passa a ter limites na exploração do petróleo. Depois de 45 anos da criação da Lei 2004, que decretava o monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás, FHC derrotava uma conquista importante para o povo brasileiro. A seqüência disso foram mais greves e resistência dos petroleiros. Claro, reposições salariais não ocorriam e a defasagem do trabalho no Sistema Petrobrás era uma triste realidade.